

Predomínio da economia em cem dias de governo Lula 3

Arcabouço fiscal, reforma tributária e juro estiveram no topo, mas houve relançamento de programas sociais e atos golpistas

CARLOS ROLISING

carlos.rolising@zerohora.com.br

O plano de recuperação econômica do Brasil foi o eixo central dos primeiros cem dias do terceiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, a serem completados nesta segunda-feira. O novo arcabouço fiscal e a concepção da reforma tributária puseram o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no posto de principal auxiliar da equipe de Lula para alcançar as promessas de campanha de recuperar os investimentos públicos, combater a pobreza e retomar um ciclo de desenvolvimento.

O período inicial do mandato também foi marcado pelo embate com o Banco Central (BC) sobre a taxa de juro, o relançamento de programas sociais das gestões petistas, as dificuldades em costurar uma base confiável no Congresso e os atos golpistas do dia 8 de janeiro.

É no campo da economia que se trava a grande batalha. Ali reside a esperança de popularidade do presidente. E foi onde surgiram as propostas mais sedutoras na campanha, de picanha e cerveja para todos. Lula tem demonstrado certa impaciência com o rumo do crescimento econômico. Ele mesmo acha que se fez menos do que deveria – diz o comentarista político e ex-deputado Fernando Gabeira.

Caixa

O cálculo inicial era de que a União teria rombo de cerca de R\$ 230 bilhões em 2023 – o que foi revisado recentemente para R\$ 107,6 bilhões. Ainda nos primeiros dias, Haddad anunciou medidas que previam corte de despesa de R\$ 50 bilhões. Para aliviar o caixa, outros R\$ 100 bilhões a R\$ 150 bilhões deverão vir de aumento da receita, com a tributação de atividades hoje desregulamentadas e que não recolhem ao Tesouro, como as apostas esportivas e o e-commerce, sobretudo em relação a gigantes chinesas do setor. Para 2024, a Fazenda manifestou o compromisso de zerar o déficit nas contas da União.



Atuação de Haddad (na foto, anúncio da nova regra fiscal) é vital para alcançar promessas de campanha

Outra obsessão do governo é substituir o teto de gastos, que limita o crescimento das despesas à correção pelo IPCA, indicador oficial da inflação. A premissa do lulismo é de que esse modelo engessa os investimentos públicos, prejudicando a indução ao desenvolvimento e as parcelas mais pobres da população.

Embates

Haddad apresentou como alternativa o novo arcabouço fiscal, que deverá ser enviado ao Congresso. Pela regra, o governo poderá ampliar seus gastos de acordo com o crescimento da receita. Para cada R\$ 100 adicionais que entrarem em caixa, a União poderá aplicar R\$ 70 em aumento de despesas. Embora careça de detalhamento, a medida sinalizou a intenção de Haddad de observar o equilíbrio das contas públicas. Isso levou o mercado financeiro a receber a proposta com bons olhos, enquanto setores da esquerda e do PT, ligados ao desenvolvimentismo, torceram o nariz, tecendo críticas a Haddad. Ainda na economia, Lula cha-

rou para si os embates com o presidente do BC, Roberto Campos Neto, pelas decisões recentes da instituição de manter a taxa de juro em 13,75%. Para o governo, o indicador é injustificadamente elevado, irá restringir o crédito e travar a retomada.

Na economia, o que fica é a incapacidade do governo de lidar com a herança institucional que recebeu, principalmente quanto à autonomia do BC. A política monetária é quase tudo, e isso impacta na estratégia do governo de reindustrialização, que não vai acontecer nos marcos atuais impostos pelo BC. Está sendo instalada uma crise de crédito que pode levar o governo ao ocaso – avalia Elias Khalil Jabbour, professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Pesquisa

Para ele, Lula acertou ao tensionar publicamente com o BC sobre o assunto – pesquisa Datafolha do início de abril mostrou que 80% dos entrevistados avaliam que o presidente age corretamente ao

pressionar pela queda. Jabbour entende que a atual taxa de juro serve apenas aos “rentistas” e defende Haddad das críticas da esquerda, apontando que é necessário considerar o ambiente político de divisão e de força da direita que emergiu das urnas em 2022. Para o professor, planos econômicos fiéis exclusivamente aos princípios da esquerda desenvolvimentista poderiam levar o governo Lula ao colapso político.

O novo arcabouço fiscal reflete a correlação de forças da sociedade e o governo de frente ampla. Transformar Haddad em espantalho é injusto. Temos de analisar à luz do que ocorreu nos seis últimos anos. O que ele propõe é não aumentar imposto. E colocar a pagar quem não o faz. É uma estratégia para driblar os limites colocados pelo próprio arcabouço fiscal – diz Jabbour, salientando que países ricos tributam lucros, dividendos, fortunas e itens como helicópteros e lanchas.

O cientista político Luiz Felipe d’Ávila, candidato do Novo à Presidência da República em 2022, afirma que os primeiros cem dias de Lula foram de “retrocesso”.

Ele salienta que, do rombo original de mais de R\$ 200 bilhões, apenas um quarto tem previsão de ser compensado com corte e otimização de gastos. D’Ávila entende que os investimentos mínimos constitucionais, determinados para setores como saúde e educação, deveriam ser revistos.

Falta controlar a despesa, reverter subsídios e mexer nos gastos obrigatórios. Quase 90% do orçamento brasileiro é gasto obrigatório. É um absurdo e isso só cresce. Exemplo: gastamos quase 6% do PIB (*Produto Interno Bruto*) em educação, acima dos países da OCDE (*Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico*), mas temos um dos piores ensinos. Acaba sendo para sustentar a máquina. A eficiência do gasto dos hospitais geridos pela iniciativa privada é melhor do que dos unicamente estatais – afirma D’Ávila.

Para o cientista político, o arcabouço fiscal elaborado por Haddad está fadado ao fracasso e traz ameaças embutidas.

É uma fórmula que depende muito do crescimento da arrecadação, em um país que não pode mais aumentar impostos, já estamos no topo. Dizer que vai conseguir R\$ 150 bilhões taxando jogo eletrônico e bugiganga chinesa é brincadeira. O que vamos ter é o risco de aumento de imposto – avalia d’Ávila.

Simplificação

Embora reticente, ele comenta que o governo federal será mercedor de “aplausos” se conseguir aprovar uma reforma tributária que simplifique o modelo brasileiro.

O problema é colocar em votação e começar a ceder a pressões setoriais. Tenho receio de que não saia o Imposto do Valor Agregado (*IVA*). Precisamos de simplificação e alinhamento da legislação tributária com as regras internacionais. O investidor que vem ao Brasil quer saber as regras. Hoje, temos um manicômio tributário em que tudo acaba em judicialização. Se mudanças vierem a se confirmar, será importante – ressalta D’Ávila.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Balanço inicial **Página:** 10